



CELSO FURTADO E O CAMINHO ILUSÓRIO DO DESENVOLVIMENTO

CELSO FURTADO AND THE ILLUSORY PATH OF DEVELOPMENT

Luiz Carlos Dias¹
Clério Plein²

RESUMO:

Face a atual percepção de que a busca por desenvolvimento está justificando a adoção de medidas de crescimento econômico baseadas na exportação de matéria prima e exploração de recursos naturais não renováveis, onde a questão ambiental é colocada como um entrave ao processo, as contribuições de Celso Furtado nos parecem inteiramente pertinentes. Portanto, é com base nas considerações feitas no livro “O Mito do Desenvolvimento Econômico”, escrito em 1974, que este trabalho procura demonstrar que o desenvolvimento não é simplesmente avançar nos índices de crescimento, requer uma readequação econômica, política e social que privilegie uma melhor distribuição de renda e acesso aos direitos fundamentais das pessoas para que se possa diminuir o fosso das desigualdades. O trabalho inicia destacando que a formação industrial dos países periféricos se deu pela concentração de renda gerada a partir da exportação primária e motivada pelo consumo supérfluo, em seguida discute-se o processo de aceleração industrial brasileiro e no terceiro tópico salienta-se que o desenvolvimento dos países periféricos baseado na cultura dos países centrais é ilusório e tem sido utilizado para legitimar a destruição da cultura e do meio ambiente dos países subdesenvolvidos, por fim, destaca-se que na concepção de Celso Furtado o desenvolvimento deve ser orientado pelas garantias sociais, ambientais e culturais de uma sociedade.

Palavras-chave: subdesenvolvimento, crescimento econômico, industrialização periférica

ABSTRACT:

Given the current perception that the search for development is justifying the adoption of economic growth measures based on the export of raw materials and the exploitation of non-renewable natural resources, where the environmental issue is placed as an obstacle to the process, Celso Furtado's contributions seem entirely pertinent. Therefore, it is based on the considerations made in the book "The Myth of Economic Development", written in 1974, that this paper searches to demonstrate that development is not simply advancing in growth rates, but requires an economic, political, and social readjustment that favors a better distribution of income and access to people's fundamental rights to reduce the inequality gap. The work begins by highlighting that the industrial formation of the peripheral countries was given by the concentration of income generated from primary exports and motivated by superfluous consumption. Next, the process of Brazilian industrial acceleration is discussed, and in the third topic it is emphasized that the development of peripheral countries based on the culture of the central countries is illusory and has been used to legitimize the destruction of the culture and the environment of underdeveloped countries. Finally, it is highlighted that in Celso Furtado's conception, development must be guided by the social, environmental, and cultural guarantees of a society.

Keywords: underdevelopment, economic growth, peripheral industrialization

¹ Graduado em Ciências Econômicas. Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Doutorando em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Campus de Marechal Cândido Rondon. Professor da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Setor Palotina. E-mail: lcarlos-dias@hotmail.com

² Orientador. Graduado em Economia Doméstica (UNIOESTE). Mestre e Doutor em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Professor adjunto da UNIOESTE. E-mail: clerioplein@gmail.com.



INTRODUÇÃO

A eterna busca por desenvolvimento e a preocupação com a crise ambiental revela duas faces da mesma moeda. Na atualidade assistimos discursos fervorosos de personalidades políticas passando um receituário de desenvolvimento baseado em nações com alto nível de consumo, relegando a segundo plano os avisos de especialistas quanto as consequências deste padrão de crescimento. Diante de inúmeras e importantes análises sobre o assunto, busca-se rever as contribuições de Celso Furtado em seu livro “O Mito do Desenvolvimento Econômico” que tratou de forma brilhante sobre essas questões.

Para que possa ser percebida a importância desta obra é necessário salientar o contexto em que o autor chama a atenção sobre a impossibilidade dos países subdesenvolvidos alcançarem os níveis de consumo dos países centrais. O “Mito” foi publicado em 1974, naquela época eram raras discussões sobre os temas ecológicos ou questionamentos sobre a capacidade do planeta em absorver a carga gerada pelos níveis de consumo crescente³.

Conforme aponta Cavalcanti (2002), neste livro Celso Furtado levanta duas questões que não eram comuns mesmo no restante de sua obra. A primeira considera os impactos do processo econômico na natureza. A segunda questão refere-se a situação econômica que o Brasil vivia na época, crescimento do produto interno Bruto acima de 10% em 1970 e chegando a 14% em 1973, nesta condição “*era preciso persistência, visão consistente da realidade e, com mais razão, coragem para afirmar com todas as letras que tudo aquilo não passava de uma miragem*” (CAVALCANTI, 2002, p. 74).

Entendendo que as questões sociais, ambientais e econômicas não podem ser tratadas isoladamente, Furtado analisa o caminho percorrido pelas nações periféricas ao longo do tempo.

Assim, este trabalho procura estabelecer uma ordem cronológica acerca das razões que segundo Celso Furtado levaram alguns países ao subdesenvolvimento, destacando na primeira seção o início e a forma de industrialização dos países subdesenvolvidos, após, se verifica a aceleração industrial por meio da atuação de grandes empresas internacionais nestes países, na terceira seção evidencia-se o “mito do desenvolvimento”, ou seja, a impossibilidade dos países subdesenvolvidos chegarem a condição de desenvolvidos tendo como base as formas de consumo dos países centrais, por fim, são elaboradas as considerações finais.

³ Sobre os trabalhos que trataram das controvérsias do crescimento econômico destacam-se o relatório do Clube de Roma de 1972 que estabeleceu uma relação entre crescimento e distribuição de renda, êxodo rural, exploração abusiva de recursos naturais, entre outros, bem como, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente-Conferência de Estocolmo, também realizada em 1972, onde pela primeira vez foram debatidos temas relativos ao crescimento econômico, desenvolvimento e cuidados sobre o meio ambiente (VARGAS, ARANDA e RADOMSKY, 2016).



A FORMAÇÃO DA DEPENDÊNCIA E O SUBDESENVOLVIMENTO

Segundo Furtado (1995), foi com a não aceitação de uma visão simplificada do processo de difusão geográfica da civilização industrial que surgiu a “*teoria do desenvolvimento*”, de forma que centraliza seus estudos nas malformações sociais geradas durante esse processo de difusão. “*A denúncia do falso neutralismo das técnicas deu visibilidade a face oculta, mas dominante, do processo de desenvolvimento, que é a definição dos fins, a criação dos valores substantivos*” (FURTADO, 1995, p. 5).

Inicialmente se faz necessário esclarecer duas premissas básicas no qual discorre Furtado sobre o processo de desenvolvimento ou subdesenvolvimento de um país:

Vamos definir o progresso técnico como a introdução de novos processos produtivos capazes de aumentar a eficiência na utilização de recursos escassos e/ou a introdução de novos produtos capazes de ser incorporados a cestas de bens e serviços de consumo. E vamos supor que desenvolvimento econômico implica na difusão do uso de produtos já conhecidos e/ou na introdução de novos produtos à cesta de bens de consumo (FURTADO, 1974, p. 98).

Furtado (1974), considera a acumulação de capital condição necessária para qualquer processo de desenvolvimento econômico, importante tanto para difusão de produtos conhecidos como para introdução de novos.

Assim, principalmente na fase inicial de industrialização de um país, o acesso de novos produtos são limitados a uma minoria de pessoas de alta renda, com isso, o desenvolvimento baseado na introdução de novos produtos corresponde a concentração de renda, já, a difusão significa um número maior de pessoas terem acesso a produtos já conhecidos, desta forma, o desenvolvimento baseado nesta condição corresponde a um padrão de distribuição mais igualitário de renda. Neste sentido, Furtado (1974, p. 99) cita que:

O aumento da renda de uma comunidade pode resultar de pelo menos três processos diferentes: a) o desenvolvimento econômico: isto é, acumulação de capital e adoção de processos produtivos mais eficientes; b) a exploração de recursos naturais não renováveis; e c) a realocação de recursos visando a uma especialização num sistema de divisão internacional do trabalho (FURTADO, 1974 p. 9).

Desta forma, o aumento da renda pode ocorrer sem que haja acumulação de capital e introdução de processos produtivos mais eficientes, pode representar apenas incremento na exploração de recursos naturais e ou realocação de recursos para o consumo de bens importados, chamado por Furtado de “*modernização*”, que condiz com a realidade dos países subdesenvolvidos (FURTADO, 1974).

Sobre o processo de modernização Furtado (2002, p. 2) esclarece que:

Com o *crescimento econômico* eleva-se a renda da população. Com a *modernização*, adotam-se novas formas de vida, imitadas de outras sociedades



que, estas sim, beneficiam-se de autêntica elevação da produtividade física. Mas só o *desenvolvimento* propriamente dito é capaz de fazer do homem um elemento de transformação, passível de agir tanto sobre a sociedade como sobre si mesmo, e de realizar suas potencialidades. Daí que a reflexão sobre o desenvolvimento traga em si mesma uma teoria do ser humano, uma antropologia filosófica (FURTADO, 2002, p. 2).

Assim, os países subdesenvolvidos formam um rol de características intrínsecas em seu processo econômico e social, ligadas segundo Furtado (1974), à forma como o capitalismo industrial cresceu e se propagou desde os seus começos. As mais relevantes são pontuadas como grande heterogeneidade tecnológica, desigualdades na produtividade do trabalho rural e urbano, parcela da população vivendo no nível de subsistência e crescente subemprego urbano.

Neste sentido, a origem do subdesenvolvimento está no aumento da produtividade do trabalho gerado pela realocação de recursos, pelo qual, buscava-se obter vantagens comparativas no comércio internacional. Esta nova condição teve início com a Revolução Industrial ocorrida entre os séculos XVIII e XIX, onde, principalmente através da Inglaterra passou-se a determinar a intensificação produtiva em recursos que o país fosse mais eficiente (FURTADO, 1974).

Desta forma, através do capitalismo industrial alguns países passaram a se especializar em atividades produtivas intensivas em novas técnicas e tecnologias cujo produto contava com crescente aceitação no mercado, e outros que não dispunham de condição de produção industrial poderiam garantir o acesso aos produtos modernos através do excedente gerado pela utilização dos recursos naturais, justificando o comércio internacional.

No entanto, essa dinâmica não considera a disparidade das condições de troca entre os produtos primários e os manufaturados, bem como, a possibilidade da produção interna de melhorar seus produtos com os meios existentes através da formação de capital interno. Sobre essa relação Furtado (1974, p. 79) descreve que:

Aspecto fundamental, que se pretendeu ignorar, é o fato de que os países periféricos foram rapidamente transformados em importadores de novos bens de consumo, fruto do processo de acumulação e do progresso técnico que tinha lugar no centro do sistema. A adoção de novos padrões de consumo seria extremamente irregular, dado que o excedente era apropriado por uma minoria restrita, cujo tamanho relativo dependia da estrutura agrária, da abundância relativa de terras e de mão de obra, da importância relativa de nacionais e estrangeiros no controle do comércio e das finanças, do grau de autonomia da burocracia estatal, e fatos similares (FURTADO, 1974, p 79).

Sobre o aumento das exportações da agricultura brasileira Cano (2010), cita que esse modelo foi chamado de modernização conservadora por ser baseado em crédito rural subsidiado, centrado no uso de produtos químicos, mecanização e voltado basicamente para produtos exportáveis. Essa política atendeu os objetivos de aumento na



produtividade e exportação, mas, determinou o aumento na concentração da propriedade fundiária e agravou a concentração de renda.

Desta forma, a raiz do subdesenvolvimento está na utilização dos recursos gerados a partir do incremento no setor primário exportador para suprir a adoção de novos padrões de consumo copiados de países cuja sociedade encontra-se em patamar distante da realidade local.

Neste sentido, Furtado (1995, p. 5) cita que:

A teoria do desenvolvimento traduz a tomada de consciência das limitações impostas ao mundo periférico pela divisão internacional do trabalho que se estabeleceu com a difusão da civilização industrial. O primeiro passo constitui em perceber que os principais obstáculos à passagem da simples *modernização* mimética ao desenvolvimento propriamente dito cimentavam-se na esfera social. O avanço na acumulação nem sempre produziu transformações nas estruturas sociais capazes de modificar significativamente a distribuição da renda e a destinação do novo excedente. A acumulação, que as economias cêntricas haviam conduzido à escassez de mão de obra, criando condições para que se dessem a elevação dos salários reais e a homogeneização social, produziu nas regiões periféricas efeitos totalmente diversos: engendrou a marginalização social e reforçou as estruturas tradicionais de dominação ou substituiu-as por outras similares. Em verdade, a acumulação periférica esteve de preferência a serviço da internacionalização dos mercados, que acompanhou a difusão da civilização industrial (FURTADO, 1995, p. 5-6).

Determinado a forma de geração de excedente e a destinação deste através do comércio exterior, se estabeleceu que quanto maior a dependência cultural do país subdesenvolvido, ou seja, a adoção das formas de consumo externa, maior será a necessidade de expansão das exportações que de forma similar está condicionada ao avanço da técnica e da acumulação.

No entanto, neste período, a medida que se manteve o nível de renda e a demanda interna ocorreu uma queda no valor das exportações primárias dificultando a manutenção do coeficiente de importação, isso acarretou uma forte expansão produtiva interna substitutiva de importações. As atividades internas cresciam motivadas pela maior rentabilidade e também por atrair capitais do setor exportador. Assim, a industrialização se dá *“inicialmente, com base num aproveitamento mais intensivo da capacidade previamente instalada, acrescida de importações, a preços reduzidos, de equipamentos tornados supérfluos nos países desenvolvidos em crise”* (BIELSCHOWSKY, 1989, p. 52-53).

Desta forma, o início da industrialização subdesenvolvida se deu por indústrias dispersas que concorrem com as atividades artesanais. Conforme descreve Furtado (1981, p. 42), a iniciativa de industrialização pelos Estados favoreceu a robustez da atividade industrial, mas de forma alguma modificou qualitativamente as seguintes características:

- (...) a) dependência vis-à-vis de exportação de uns poucos produtos primários;
- b) dependência crescente com respeito à tecnologia utilizada, mesmo quando



se desenvolvia uma indústria local de equipamentos; c) demanda demasiadamente diversificada, relativamente ao nível de acumulação alcançado, e d) não aproveitamento pleno das possibilidades da tecnologia utilizada, em razão da dispersão dos investimentos (FURTADO, 1981, p 42).

Furtado (1974, p. 84), analisou esse processo do início da industrialização nos países periféricos da seguinte forma:

A dependência, que é situação particular dos países cujos padrões de consumo foram modelados do exterior, pode existir mesmo na ausência de investimentos estrangeiros diretos. Com efeito: este último tipo de investimento foi raro ou inexistiu durante toda a primeira fase de expansão do sistema capitalista. O que importa não é o controle do sistema de produção local por grupos estrangeiros e sim a utilização dada àquela parte do excedente que circula pelo comércio internacional. Na fase de industrialização, o controle da produção por firmas estrangeiras, (...) facilita e aprofunda a dependência, mas não constitui a causa determinante desta (FURTADO, 1974, p. 84).

Desta forma, têm-se duas situações que mesmo sendo diferentes em sua essência convergem para a mesma relação. A primeira, países do centro do sistema buscam estabelecer e ampliar novos mercados para os produtos gerados com a revolução industrial. A segunda, constituída pelos países periféricos, onde os dirigentes locais a fim de manter o consumo originado pela primeira impõem uma elevada taxa de exploração dos trabalhadores. Assim, *“uma vez estabelecida esta conexão, estava aberto o caminho para a introdução de todas as formas de “intercambio desigual” que historicamente caracterizam as relações entre o centro e a periferia do sistema capitalista”* (FURTADO, 1974, p. 85).

Furtado (1974), destaca que o processo de subdesenvolvimento persiste mesmo em regiões com possibilidade de competir com os países do centro como, por exemplo, quando há abundância e qualidade de recursos naturais. O excedente gerado pela exportação permite a criação de um substancial excedente por pessoa empregada, mesmo em situações em que o salário médio do setor se torne maior que os demais. No entanto, na medida em que o excedente gerado é direcionado para aquisição de produtos industrializados em outros países ocorre um processo de modernização equivalente ao visto anteriormente.

A situação de dependência decorre da disparidade de consumo e a acumulação de capital do aparelho produtivo, assim o excedente é gerado pela elevação da produtividade devido a *“utilização extensiva de recursos naturais no quadro de vantagens comparativas internacionais”* (FURTADO, 1974, p. 86).

Nesta relação, persistindo a pressão para renovar os padrões de consumo do centro, ocorre a concentração de renda com reflexos nas estruturas sociais. Com base nestes apontamentos, Furtado (1974, p. 87) chama atenção que a situação de dependência de um país é mais ampla que o próprio subdesenvolvimento.



Este ponto põe em evidência que o fenômeno que chamamos dependência é mais geral do que o subdesenvolvimento. Toda economia subdesenvolvida é necessariamente dependente, pois o subdesenvolvimento é uma criação da situação de dependência. Mas nem sempre a dependência criou as formações sociais sem as quais é difícil caracterizar um país como subdesenvolvido. Mais ainda: a transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento é dificilmente concebível, no quadro de dependência. Mas o mesmo não pode dizer do processo inverso, se a necessidade de acompanhar os padrões de consumo dos países cêntricos se alia a uma crescente alienação de parte do excedente em mãos de grupos externos controladores do aparelho produtivo (FURTADO 1974, p. 87).

Desta forma, a imposição de rápida diversificação de produtos de consumo transforma a dependência em algo dificilmente retornável conforme destaca Furtado (1974, p. 94).

O subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa, surgida em certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência. Quanto mais intenso o influxo de novos padrões de consumo, mais concentrada terá que ser a renda. Portanto, se aumenta a dependência externa, também terá que aumentar a taxa interna de exploração. Mais ainda: a elevação da taxa de crescimento tende a acarretar agravação tanto da dependência externa como da exploração interna (FURTADO, 1974, p. 94)

Nesta citação, Furtado (1974) deixa claro que baseado neste modelo, taxas mais altas de crescimento ao contrário de reduzir o subdesenvolvimento atua no sentido de intensificá-lo, destacando a tendência de aumento das desigualdades sociais.

No próximo tópico aprofunda-se a análise sobre as razões do subdesenvolvimento, nesta relação, será destacado que o modelo de crescimento industrial utilizado pelos países periféricos privilegiou as grandes empresas estrangeiras.

ACELERAÇÃO INDUSTRIAL E AMPLIAÇÃO DO FOSSO DA DEPENDÊNCIA

À medida que os países subdesenvolvidos avançaram no processo de industrialização verificou-se uma inserção maior de empresas internacionais no mercado interno, neste sentido, aumentou a disparidade tecnológica nos países periféricos, pois a inovação e o progresso técnico ficaram restritos a empresas estrangeiras (FURTADO, 2002). As empresas transnacionais passaram a controlar o progresso técnico nos países periféricos de acordo com seus objetivos, elas utilizaram-se do fechamento comercial promovido pelo processo de substituição de importações e conseguiram um grande mercado utilizando filiais nestes países e aplicando tecnologia que já era obsoleta nos países centrais (FURTADO, 1981).



Já, num segundo momento, essas mesmas indústrias passaram a se empenhar para reabrir essas economias, “*mediante a diversificação de suas exportações, no quadro de uma reconstrução sobre bases novas do sistema de divisão internacional do trabalho*” (FURTADO, 1981, p. 43).

Furtado (1974), destaca que a medida que ocorre a introdução de novos produtos no mercado consumidor, aumenta a necessidade de utilização de recursos naturais, nessa nova ordem global, as grandes empresas passaram a descentralizar sua produção com vistas a facilitação na obtenção dos recursos naturais, bem como, encontraram na periferia a possibilidade de exploração de mão de obra barata.

Assim, a precária condição tecnológica e a dependência de grandes empresas prejudicaram o acesso dos países periféricos no mercado internacional. Enquanto o progresso técnico dinamizava as vantagens competitivas dos países centrais, nos países subdesenvolvidos essa dinâmica se dava ainda sobre a exploração de recursos naturais (FURTADO, 1981).

Ademais, o avanço das empresas internacionais nestes países contribui para um aparelhamento burocrático dos Estados, frequentemente o sistema de decisões internas são controlados de fora do país, por mais que surjam possibilidades políticas internas, as amarras da dependência econômica, que se verificam em âmbito interno limitaram a condição de atuação destes agentes.

Neste sentido, Furtado (1974, p. 61) destaca a percepção de uma mudança no cenário político global de forma que as grandes empresas passaram a sobressair sobre seus governos:

A destruição das formas tradicionais de colonialismo deve ser entendida como parte do processo de destruição das barreiras institucionais que compartimentavam o mundo capitalista. Na medida em que a economia internacional passou a ser principalmente controlada pelas grandes empresas, a ação direta dos Estados do centro sobre as administrações dos países da periferia tornou-se desnecessária, sendo correntemente denunciada como discriminatória em favor de empresas de certa nacionalidade (FURTADO, 1974, p. 61).

No entanto, salienta que não é possível a generalização, há situações de pressão da comunidade local e mesmo o temor de grupos dirigentes de perder o controle do poder e por isso apelam para o apoio político externo (FURTADO, 1974).

Com base em suas estruturas, as burocracias internas dos países periféricos buscaram sua “auto identificação” com os interesses nacionais. Mas, por vezes, tais interesses foram moldados a vistas dos que controlam o país, “*via de regra a concepção do interesse nacional é mais ampla e visa à melhoria das condições de vida de um grupo importante da população, quase sempre constituído pelas pessoas integradas no setor moderno da economia*” (FURTADO, 1974, p. 62).

Nesta perspectiva de afirmação da burocracia dos países periféricos quanto aos interesses nacionais, Furtado (1974), cita a condição de assegurar-lhes controle dos recursos naturais em relação às grandes empresas. Considera que a expansão do sistema



no centro depende do acesso aos recursos localizados na periferia, mesmo entendendo que o aumento da demanda dos recursos naturais não acompanha na mesma proporção, o aumento da renda per capita.

Ressalta que essa tarefa não é fácil, mas, para que haja efetividade, a opção de utilização dos recursos naturais como instrumento de poder por parte dos países periféricos deve centrar-se na união entre os países. No entanto, chama atenção que, caso esta medida se torne eficiente e os benefícios forem destinados a criar infraestrutura que atenderão as grandes empresas, “*as relações entre o centro e a periferia não se modificarão de forma sensível*” (FURTADO, 1974, p. 64).

Cabe citar que o papel hegemônico das grandes empresas age de forma distinta entre os países do centro e da periferia, no primeiro há uma tendência de aumento generalizado dos padrões de consumo, enquanto; nos demais países; essa condição recai somente sobre uma camada privilegiada.

Assim, a medida que há uma concentração de renda em favor dos países centrais e nas elites dos países periféricos, ocorre um aumento do nível de consumo gerando pressão sobre a utilização dos recursos, a esse respeito, Furtado (1974, p. 69) destaca que:

Se fosse mais bem distribuído no conjunto do sistema capitalista, o crescimento dependeria menos da introdução de novos produtos finais e mais da difusão do uso de produtos já conhecidos, o que significaria um mais baixo coeficiente de desperdício. A capitalização tende a ser tanto mais intensa quanto mais o crescimento esteja orientado para a introdução de novos produtos finais, vale dizer, para o encurtamento da vida útil de bens já incorporados ao patrimônio das pessoas e da coletividade (FURTADO, 1974, p. 69).

Para Furtado (1974), com base no cenário de então, se abre três possibilidades. A primeira considera a permanência da intensidade de concentração de renda em benefício de uma minoria; a segunda considera um maior poder de governo na periferia, levando a um maior poder de troca, com isso ampliaria a minoria privilegiada em contraposição ao centro do sistema; e a última, considera uma pressão dos excluídos da periferia levando a uma mudança no processo de desenvolvimento. Para ele, a terceira possibilidade e a melhora nos termos de troca, determina uma menor pressão sobre os recursos; por outro lado; persistindo as tendências de concentração de renda haverá a máxima pressão.

Desta forma, com base nestas considerações, Furtado (1974, p. 74-75) conclui que:

(...) a hipótese de generalização, no conjunto do sistema capitalista, das formas de consumo que prevalecem atualmente nos países cênicos, não tem cabimento dentro das possibilidades evolutivas aparentes desse sistema. E é essa razão fundamental pela qual uma ruptura cataclísmica, num horizonte previsível, carece de fundamento. O interesse principal do modelo que leva a essa ruptura cataclísmica está em que ele proporciona uma demonstração cabal de que o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria (FURTADO, 1974, p. 74-75).



Chama a atenção a percepção do autor quanto impossibilidade de generalização do consumo nos países periféricos tomando por base o padrão dos países centrais e principalmente sua sensibilidade quando relaciona essa forma de consumo com os impactos na natureza. Nesta relação, Furtado destaca a heterogeneidade cultural, social e econômica dos países subdesenvolvidos salientando que a massa da população fica à margem do processo de desenvolvimento, conforme será visto no próximo tópico.

A CONSTATAÇÃO DO MITO DO DESENVOLVIMENTO

A análise de Furtado sobre o mito do desenvolvimento se fundou na percepção de que os índices elevados de crescimento econômico geraram concentração de renda e aumento no nível de consumo supérfluo de uma pequena parcela da população. Assim, a concentração de renda fornece subsídio para que a elite nacional possa reproduzir os níveis de consumo dos países do centro. Para Furtado (1974, p. 71):

As informações relativas à distribuição da renda nos países periféricos põem em evidência que a parcela da população que reproduz as formas de consumo dos países cênicos é reduzida. Ademais, essa parcela não parece elevar-se de forma significativa com a industrialização (FURTADO, 1974, p. 71).

Nesta percepção, Furtado (1974) expõe a dependência cultural dos países periféricos em relação aos países centrais. O direcionamento do excedente à importação determina uma forma de consumo alheio às condições culturais e sociais locais, bem como, a partir da falta de condição de produção interna para atender essa nova demanda decorre a necessidade de importação de máquinas e equipamentos e formas de produção do exterior, determinando a dependência tecnológica.

Assim, percebe-se um distanciamento crescente entre os países centrais que tende a uma homogeneização cultural e econômica e as periferias onde há um distanciamento entre as formas de vida de uma elite privilegiada e a massa da população. Nesta contradição, Furtado (1974, p. 70) apresenta a impossibilidade de generalização dos níveis de consumo dos países ricos, justamente por promover a exclusão do desenvolvimento, verificando que a expansão demográfica se dá em maior escala na parcela da população excluída.

O que não se pode aceitar é a hipótese, também fundamental nessas projeções, segunda a qual os atuais padrões de consumo dos países ricos tendem a generalizar-se em escala planetária. Esta hipótese está em contradição direta com a orientação geral do desenvolvimento que se realiza atualmente no conjunto do sistema, da qual resulta a exclusão das grandes massas que vivem nos países periféricos das benesses criadas por esse desenvolvimento. Ora, são exatamente esses excluídos que formam a massa demográfica em rápida expansão (FURTADO, 1974, p. 70).



Neste sentido, deixa claro que o aumento de consumo baseado numa realidade que não está inserida nos países subdesenvolvidos não se traduz em desenvolvimento, a busca por uma melhor condição de vida das populações periféricas deve ser traçada por outros caminhos, conforme destaca Furtado (1974, p. 74).

Quaisquer que sejam as novas relações que se constituam entre os Estados dos países periféricos e as grandes empresas, a nova orientação do desenvolvimento teria que ser num sentido muito mais igualitário, favorecendo as formas coletivas de consumo e reduzindo o desperdício provocado pela extrema diversificação dos atuais padrões de consumo privado dos grupos privilegiados. Nesta hipótese, a pressão sobre os recursos muito provavelmente se reduziria (FURTADO, 1974, p. 74).

Desta forma, na medida em que cita a necessidade de redução do desperdício e a pressão deste estilo de vida sobre os recursos naturais explicita que esta forma de vida tem um custo elevado em termos de depredação do meio ambiente. Desta forma, Furtado (1974, p. 75) descreve que:

O custo, em termos de depredação do meio físico, deste estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidade de sobrevivência da espécie humana. Temos assim a prova definitiva de que o desenvolvimento econômico – a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável (FURTADO, 1974, p. 75).

É justamente essa forma predatória de consumo aliado as condições precárias de vida da população e sua perda de identidade que leva Furtado a chamar esse desenvolvimento de mito.

Sabemos agora de forma irrefutável que as economias das periferias nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas como negar que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e leva-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a grande destruição de formas de culturas arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que forçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto, que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ele tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência, para concentra-los em objetos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento (FURTADO, 1974, p. 75).

Cabe destacar que nesta citação, Furtado (1974) ao falar de desenvolvimento esteja se referindo a crescimento econômico, mesmo porque, em outras passagens do livro destaca a condição mais igualitária da população, ou seja, a ideia de



desenvolvimento no sentido de evolução em outras dimensões que não se refira estritamente ao tamanho da economia (CAVALCANTI, 2002). Em uma definição mais pontual pode-se complementar que o desenvolvimento ocorre quando aumento na produtividade modifica as formas de produção e gera distribuição e nova utilização da renda, com isso, novas técnicas são introduzidas no sistema produtivo que ocasiona novas variações na produtividade. Assim, somente o crescimento das atividades produtivas existentes não muda a estrutura, pois há a necessidade da difusão (QUEIROZ, 2011).

Assim, conforme expõe Furtado (2004, p. 4) “o desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação e de aumento de produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade”.

Em outra passagem, Furtado (1974, p. 118) critica a ideia de crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento e cita o índice do Produto Interno Bruto- PIB como “vaca sagrada dos economistas” e expõe os múltiplos sentidos que este índice pode ter, bem como, chama atenção aos efeitos colaterais que o crescimento do PIB pode causar: “Por que ignorar na medição do PIB, o custo para a coletividade da destruição dos recursos naturais não renováveis e dos solos e florestas (dificilmente renováveis)? Por que ignorar a poluição das águas e dos peixes dos rios em que as usinas despejam seus resíduos?” (FURTADO, 1974, p. 118).

Destaca que nos países subdesenvolvidos, em virtude o baixo nível de renda, a concentração faz com que haja um maior consumo de bens supérfluos e por consequência elevação do PIB, assim, “quanto mais se concentra a renda, mais privilégios se criam, maior é o consumo supérfluo, maior será a taxa de crescimento do PIB” (FURTADO, 1974, p. 118).

Neste sentido, Veiga e Zatz (2008, p. 18), cita que:

Por um lado, de nada vale obter uma alta taxa de aumento do PIB se ela não se traduzir em melhor desempenho de pelo menos duas áreas: saúde e educação. Por outro, nada disso pode ser obtido com práticas predatórias que comprometam os ecossistemas e diminuam assim as chances de que nossos filhos, netos, bisnetos etc. também possam se beneficiar desses recursos no futuro (VEIGA e ZATZ, 2008, p. 18).

No entanto, Furtado (1974, p. 59) chama atenção que não se trata de negar a importância destes conceitos, nem de abandoná-los se não há a possibilidade de substituí-los por outros melhores. “Trata-se de conhecer-lhes a exata significação” (FURTADO, 1974, p. 118).

Assim, destaca que a medida que há crescimento econômico acelera-se a degradação ambiental e isto não aparece negativamente nos cálculos do crescimento, nesta mesma análise destaca que a exploração de determinado recurso ambiental (extração de ouro ou mesmo construção de uma usina) intensifica o crescimento do PIB e não aparece em nenhum momento a contrapartida negativa que seria a redução do capital natural. Conforme destaca Cavalcanti (2002), o reconhecimento de tais custos na



contabilidade nacional determinaria uma menor taxa de crescimento na economia de forma que revelaria a necessidade de diminuir o desperdício dos recursos.

Como uma forma de alcançar uma medida mais adequada de desenvolvimento Veiga e Zatz (2008) cita que em 1990 foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano-IDH que contempla a análise de três indicadores considerados indispensáveis para que haja o desenvolvimento, quais sejam: a renda por habitante, a saúde e a educação, por considerar-se que sem as quais não é possível alcançar outras dimensões de desenvolvimento.

Neste entendimento de desenvolvimento cresce a percepção que a melhoria de vida das pessoas na atualidade não deveria ser realizada em prejuízo das gerações futuras, o que certamente ocorrerá se as bases produtivas continuarem intensivas em exploração dos recursos naturais. Verifica-se uma maior consciência de que o desenvolvimento deve ser compatível com a conservação da biosfera, “*satisfazendo as necessidades da população que habita o planeta atualmente, sem com isso comprometer a satisfação das necessidades das populações que habitarão no futuro*” (VEIGA e ZATZ, 2008, p. 17).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou trazer à tona a origem e o caminho do processo de subdesenvolvimento dos países periféricos, entendendo que desenvolvimento se dá pela igualdade das condições de vida de uma população. Para tanto utilizou-se como base analítica o livro “O Mito do Desenvolvimento Econômico” de Celso Furtado.

O trabalho obedeceu a uma relativa ordem cronológica que está alinhada ao início da industrialização, formação industrial através da abrangência das empresas multinacionais e pôr fim a constatação que não há possibilidades de os países periféricos alcançarem o desenvolvimento baseado nas formas de consumo dos países centrais.

Nesta relação, Furtado (1974), destaca que a produção intensiva em recursos naturais e utilização de mão de obra barata, favoreceram a exportação e determinaram uma maior concentração de renda nos países periféricos, sendo que a inversão destes valores foi destinada a satisfação dos desejos das elites nacionais.

À medida que a limitação técnica e de recursos delimitava a atuação das empresas nacionais em produção básica para a massa da população, o avanço da industrialização se deu através da descentralização industrial europeia pós-revolução industrial, percebendo um potencial consumidor nas elites destes países e por outro lado conformou a economia à exportação primária.

O passo seguinte da industrialização foi através de uma modernização produtiva através das grandes empresas transnacionais, neste sentido, persistem os problemas de baixo nível tecnológico, má formação de mão de obra, salários de subsistência e consequente estado de dependência.

Através da análise da formação econômica dos países subdesenvolvidos que privilegiou a concentração da renda e consequentes desníveis sociais que Furtado conclui



que a processo de desenvolvimento da forma que é pregado, fundado no avanço dos níveis de consumo dos países centrais e crescimento econômico dos países periféricos é um mito.

A noção de desenvolvimento que se faz predominar na atualidade é a de assimilação de padrões de cultura importada e adoção de formas de vida distante das estruturas econômicas e sociais existentes nos países subdesenvolvidos. Essa realidade nos remete a 46 anos atrás quando da publicação do “Mito”, de forma que o conteúdo continua chamando atenção para uma condição que parece não ter resolução. Furtado (2004, p. 4) faz menção a essa realidade, caracterizando a condição brasileira com um caso de “*mau desenvolvimento*” e destaca que o desenvolvimento carece da “*realização de um projeto, expressão de uma vontade política*”.

Neste sentido, tal projeto deve ser orientado para um sentido mais igualitário, de formação social do indivíduo, de garantias do poder de escolha das pessoas, da preservação da autonomia cultural, e com uma urgência cada vez maior da redução dos desperdícios e preservação dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, R. Formação econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino. **Revista de Economia Política**. v. 9, n. 4, p. 38-55, out.-dez, 1989.

CANO, W. Furtado: a questão regional e a agricultura itinerante no Brasil. **Cadernos do Desenvolvimento**. ano 5, n.7, p.23-51, outubro, 2010.

CAVALCANTI, C. Meio ambiente, Celso Furtado e o desenvolvimento como falácia. **Ambiente & Sociedade**, v. 5, n. 2, p.73-84, ago.-dez, 2002.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1974.

_____. Estado e empresas transnacionais na industrialização periférica, **Revista de Economia Política**, v. 1, n. 1, p.41-49, jan-mar 1981. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311220160.estados_e_empresas_transnacionais.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2020.

_____. A invenção do subdesenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 15, n. 2, p. 5-9, abr.- jun., 1995.



_____. **Metamorfoses do capitalismo**, 2002. Disponível em:
<<http://www.redcelsofurtado.edu.mx/archivosPDF/furtado1.pdf>>. Acesso em: 15 de abril de 2020.

_____. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**. v. 24, n. 4, p. 483-486, out-dez, 2004.

QUEIROZ, J. M. de. Desenvolvimento econômico, inovação e meio ambiente: a busca por uma convergência no debate. **Cadernos do Desenvolvimento**. v. 6, n. 9, p. 143-170, jul-dez, 2011.

VARGAS, F.; ARANDA, Y. P.; C. RADOMSKY, G. F. W. Introdução às teorias do desenvolvimento. *In*: NIERDELE, P. A. e RADOMSKY, G. F. W. (org.). **Desenvolvimento sustentável: Introdução histórica e perspectivas teóricas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 99-107.

VEIGA, J. E. da; ZATZ, L. **Desenvolvimento sustentável: que bicho é esse?** Campinas: Editora Autores Associados, 2008.

Recebido em 05/04/2021

Aprovado em 27/08/2021

